



IAPMEI
Parcerias para o Crescimento

Sobre as PME em Portugal

Fevereiro 2008

Sobre as PME em Portugal

Nota introdutória

Com o presente relatório pretende-se proceder a uma caracterização geral da estrutura empresarial nacional, dando especial atenção ao papel que as PME desempenham na mesma. Para o efeito, são usados como dados de base os constantes do FGUE do INE, ou seja, informação relativa às empresas com sede em Portugal, como pelo menos uma pessoa ao serviço, constituídas sob a forma de sociedade, classificadas nas secções C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N e O da CAE Rev. 2.1. Trata-se de 298 104 empresas registadas no final de 2005, cerca de 3/4 das sociedades a exercer actividade em Portugal nesse ano.

De notar que os dados sobre o emprego constantes deste trabalho respeitam exclusivamente ao número de pessoas ao serviço nestas unidades empresariais. Para simplificar, este emprego é por vezes aqui designado também por emprego privado. Adicionalmente, e ainda que com a consciência que não se trata de um sinónimo, é usada também com este significado a expressão “postos de trabalho”.

Para a classificação das diferentes classes dimensionais de empresas são os utilizados os critérios “n.º de efectivos” e “volume de negócios” definidos no Decreto-Lei n.º 372/2007. Isto significa que são classificadas como PME as empresas com menos de 250 trabalhadores cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros. De entre estas, e de forma mais detalhada, classificam-se como microempresas as unidades com menos de 10 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 2 milhões de euros; como pequenas empresas aquelas que têm menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 10 milhões de euros; e as restantes como médias empresas.

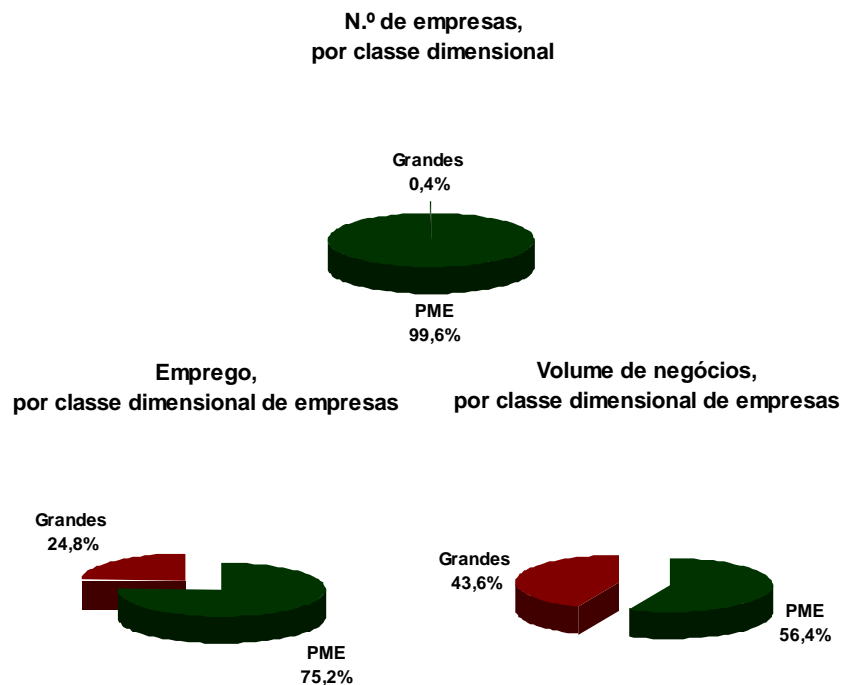
Chama-se a atenção para o facto de os dados económicos apresentados (emprego e volume de negócios) estarem sujeitos a segredo estatístico, aplicado nas situações em que existem menos de três empresas num determinado estrato, o que justifica as diferenças entre os totais apurados, particularmente nas desagregações sectoriais e nas desagregações regionais. Esta situação invalida também, por vezes, a interpretação de resultados ao nível sectorial. É o caso, claramente, da indústria extractiva, onde se encontram subavaliados os dados económicos relativos às três empresas de grande dimensão com sede em Portugal. Daí que os apuramentos feitos para este sector sejam apenas indicativos. De notar que também na indústria transformadora existem alguns problemas de segredo estatístico os quais não invalidam, contudo, a leitura sectorial global.

Uma nota ainda para o facto de todos os dados relativos ao volume de negócios terem sido actualizados para preços de 2005 com recurso ao deflator do PIB relativo a cada um dos anos em causa, falando-se por isso, no caso das análises comparativas entre diferentes anos, em variações reais.

A estrutura empresarial em Portugal

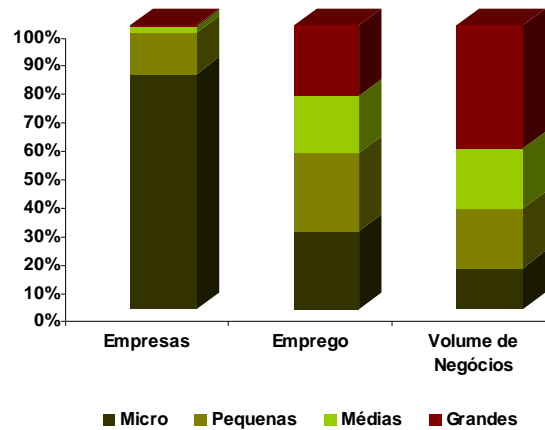
Uma característica comum às economias europeias é o facto de as PME se assumirem como um pilar das suas estruturas empresariais. E Portugal não constitui excepção a esta regra.

Efectivamente, as PME são perfeitamente dominantes na estrutura empresarial nacional, representando 99,6% das unidades empresariais – sociedades – do país, criando $\frac{3}{4}$ (75,2%) dos empregos – emprego privado – e realizando mais de metade dos negócios (56,4%). Isto significa que têm sede em Portugal perto de 297 mil PME, as quais geram cerca de 2,1 milhões de postos de trabalho e mais de 170,3 mil milhões de euros de facturação.



De entre as PME, assumem especial protagonismo as micro e pequenas empresas, que constituem 97,3% das empresas e são responsáveis por mais de 1,5 milhões de empregos (mais de metade do emprego privado – 55,2%) e pela realização de 106,7 mil milhões de euros de negócios (mais de 1/3 do volume de negócios – 35,3%).

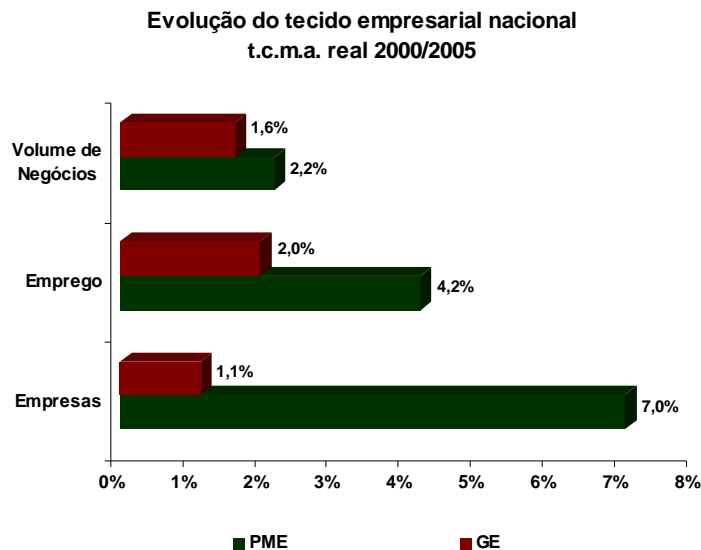
**N.º de empresas, emprego e volume de negócios, por classe dimensional de empresas
2005**



O protagonismo das PME na estrutura empresarial do país não é recente, mas a verdade é que continua a acentuar-se, assumindo estas empresas uma importância crescente na economia nacional.

Olhando para o período compreendido entre 2000 e 2005 pode constatar-se que, efectivamente, as dinâmicas de crescimento das PME foram mais expressivas do que as das grandes empresas. Isto, tanto no que respeita ao número de unidades empresariais em exercício, como ao emprego e negócios por elas gerados.

Na verdade, o número de PME aumentou a um ritmo de 7% ao ano no período em análise, enquanto que o número de grandes empresas cresceu apenas 1,1%/ano. Em resultado desta dinâmica, as PME conseguiram assegurar um importante crescimento do emprego, da ordem dos 4,2%/ano, assim como incrementar a sua facturação em 5,4%/ano, o que, em termos reais, significa um acréscimo de 2,2%/ano no seu volume de negócios, entre 2000 e 2005. As grandes empresas também tiveram uma evolução positiva neste período, mas em tudo mais moderada do que a das PME – o número de postos de trabalho gerados por estas empresas cresceu 2%/ano, enquanto que a sua facturação nominal aumentou 4,8%, ou seja, 1,6% em termos reais.



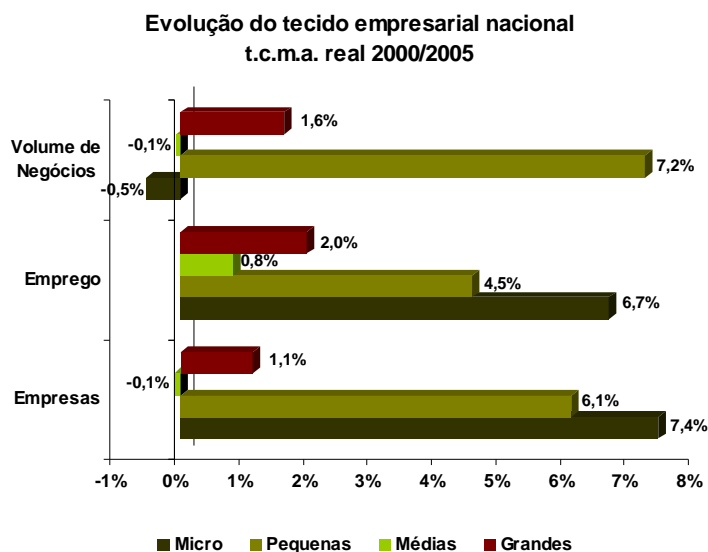
Em termos absolutos, estes números mostram que, entre 2000 e 2005, e em média, passaram a operar na estrutura empresarial mais cerca de 17,1 mil PME por ano, tendo as PME conseguido gerar, por ano, aproximadamente mais 77,2 mil postos de trabalho e mais 3,4 mil milhões de euros de negócios, em termos reais.

Trata-se de uma *performance* significativamente mais expressiva do que a das grandes empresas, que aumentaram na ordem das 13 unidades/ano entre 2000 e 2005, originando acréscimos no emprego na ordem dos 12,7 mil postos de trabalho/ano e incrementos na facturação de cerca de 2 mil milhões de euros/ano, em termos reais. De notar que, no primeiro caso, as PME atingiram um resultado seis vezes superior ao das grandes empresas e, no segundo, 1,7 vezes superior.

Micro e pequenas empresas foram as grandes responsáveis por este desempenho das PME. Em conjunto, o número de unidades de menor dimensão registou um acréscimo médio anual de 7,2%, gerando crescimentos do emprego de 5,6%/ano e dos negócios de 3,6%/ano, em termos reais. Ou seja, ao longo do período surgiram 17,1 mil micro e pequenas empresas por ano, em média, tendo estas duas classes dimensionais, conjuntamente, possibilitado o surgimento de mais 72,7 mil postos de trabalho por ano e o acréscimo de 3,5 mil milhões de euros por ano nos negócios (valores reais) realizados pelas empresas nacionais.

As empresas de média dimensão tiveram, ao invés, uma ligeira contracção neste período, tendo o número de unidades diminuído 0,1%/ano (-7 médias empresas por ano). Apesar disso, o emprego gerado por esta classe dimensional não se reduziu, tendo, pelo contrário,

aumentado 0,8%/ano, o que significa que as médias empresas permitiram acréscimos anuais de aproximadamente 4,5 mil postos de trabalho entre 2000 e 2005. Já ao nível do volume de negócios os resultados não foram positivos, uma vez que a facturação real destas empresas caiu 0,1%/ano, isto é, 43 mil euros por ano, em média.

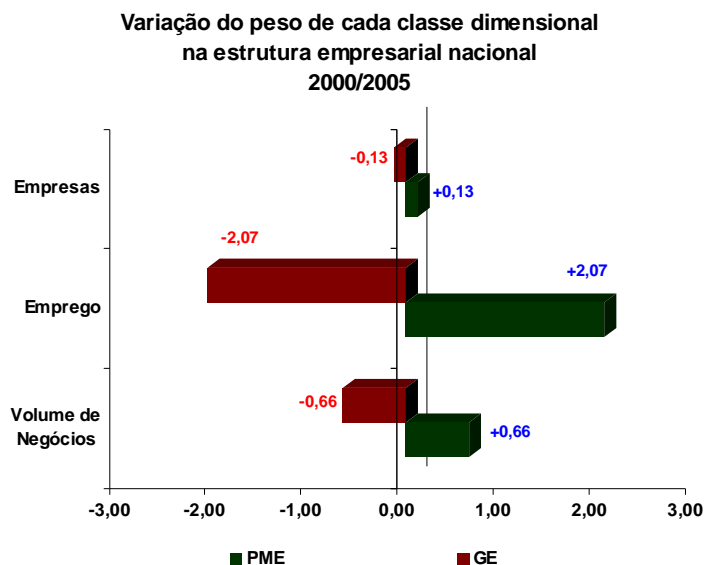


Também as microempresas viram a sua facturação contrair-se ligeiramente, em termos reais, entre 2000 e 2005. O crescimento médio anual nominal de 2,6% correspondeu, em termos reais, a uma redução de 0,5%/ano no volume de negócios das microempresas. O que significa que o crescimento real da facturação das PME se deve exclusivamente ao desempenho das pequenas empresas, que viram crescer os seus negócios na ordem dos 7,2%/ano. Mais 3,7 mil milhões de euros por ano foi o acréscimo real nos negócios conseguido por estas empresas.

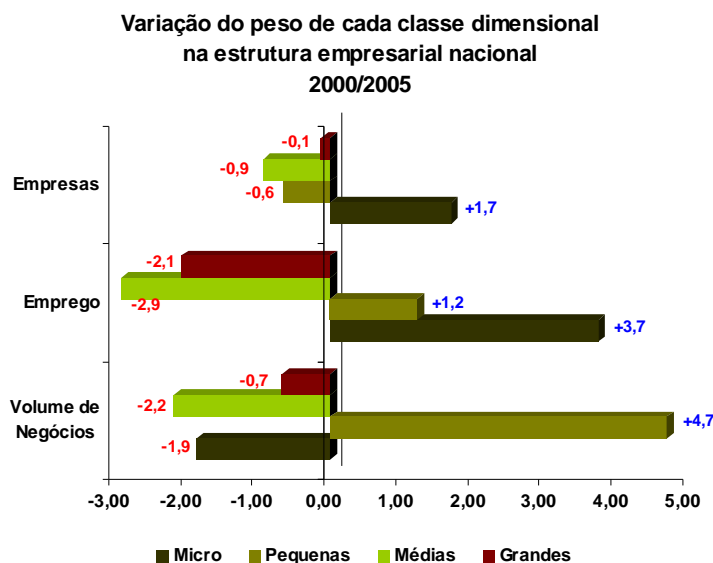
Na verdade, somente relativamente ao emprego todas as classes dimensionais de empresas tiveram desempenhos positivos. Destaque, neste caso, para as microempresas, que possibilitaram um acréscimo de 6,7%/ano no emprego privado – mais 42,1 mil postos de trabalho em cada ano, em média, entre 2000 e 2005 – e também para as pequenas empresas, que permitiram um incremento do mesmo na ordem dos 4,5% – mais 30,6 mil empregos por ano.

Em resultado do desempenho que tiveram ao longo destes anos, as PME reforçaram, assim, ainda mais, a sua posição na estrutura empresarial nacional, o que foi particularmente significativo ao nível do emprego. O seu peso aumentou 0,13 pontos

percentuais (p.p.) no que respeita a número de unidades empresariais, 0,66 p.p. em matéria do contributo para os negócios e 2,07 p.p. enquanto empregadoras.



Naturalmente que, fruto da ligeira contracção registada, quer em termos de unidades empresariais quer em termos de volume de negócios real, as médias empresas perderam peso na estrutura empresarial, entre 2000 e 2005. Aliás, esta perda de peso foi inclusivamente um pouco superior à registada pelas grandes empresas que, como vimos, conseguiram crescimentos ao nível dos três indicadores em foco.

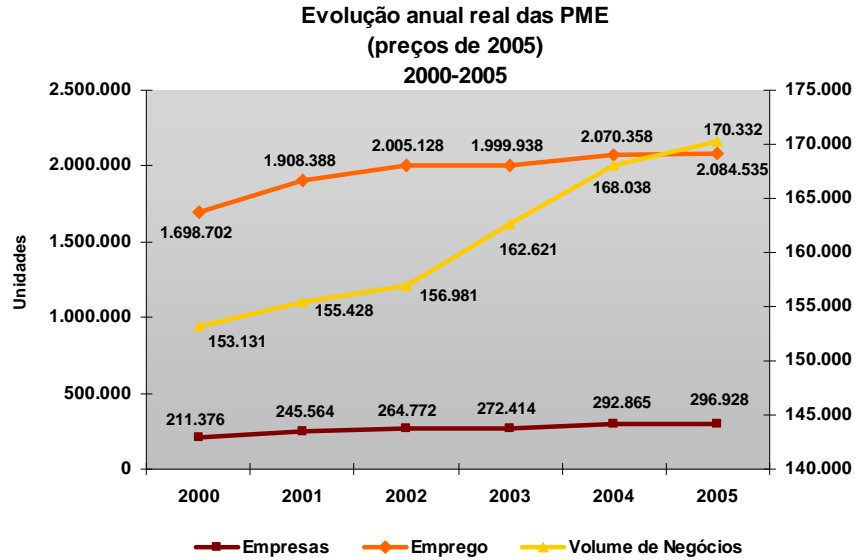


As grandes responsáveis pelo reforço da posição das PME na estrutura empresarial foram, então, micro e pequenas empresas. As microempresas fortaleceram-se particularmente no

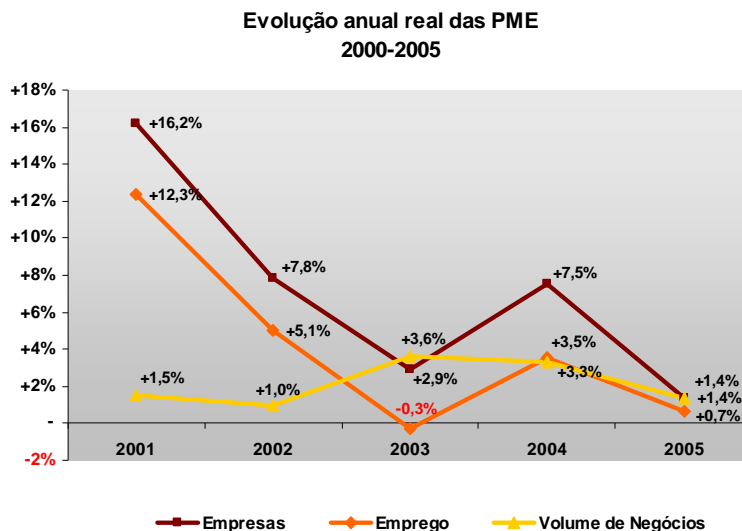
seu papel de empregadoras (+3,75 p.p., dos 23,7% para os 27,5%), passando praticamente a igualar as pequenas empresas neste domínio (que, em 2005, passaram a gerar 27,7% do emprego privado quando, em 2000, eram responsáveis por 26,5% (+1,22 p.p.)); as pequenas empresas reforçaram principalmente o seu contributo para os negócios realizados (+4,7 p.p., dos 16,2% para os 20,9%), quase igualando as médias empresas (23,3% em 2000 e 21,1% em 2005) e distanciando-se consideravelmente das microempresas (16,3% em 2000 e 14,5% em 2005).

De salientar que o crescimento das PME decorreu de forma progressiva ao longo do período 2000-2005, tendo ocorrido em qualquer dos anos. Uma excepção apenas para 2003, em que se verificou uma ligeira contracção do emprego nestas empresas. 2001 foi o ano em que se registaram os maiores níveis de crescimento, quer do número de unidades empresariais quer do emprego gerado pelas PME, sendo que 2002 e 2003 reflectiram ritmos de crescimento mais moderados; 2004 marca nova aceleração nestes domínios, a qual se volta a atenuar em 2005.

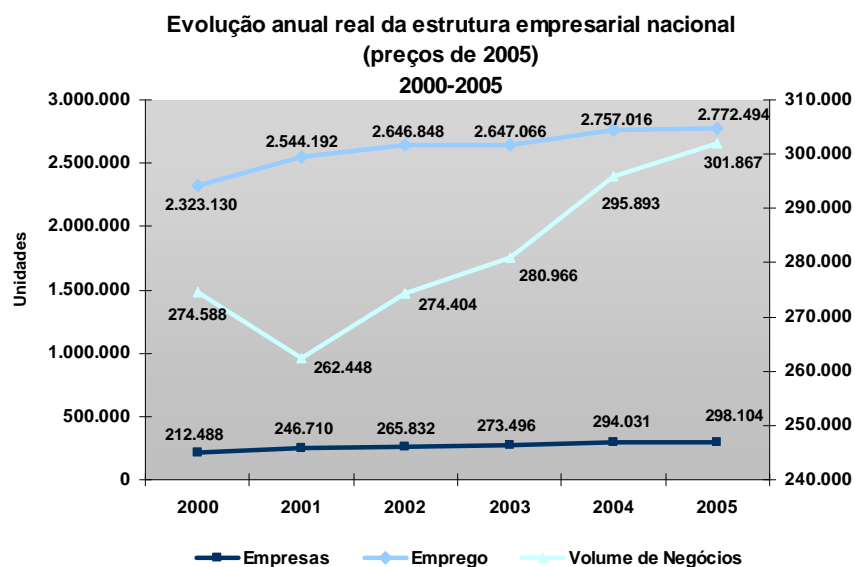
Em termos absolutos esta evolução traduz um importante aumento do número de empresas, da ordem das 34,2 mil em 2001; em 2002 esse incremento já foi da ordem de 19,2 mil e em 2003 de 7,6 mil, mais moderados, portanto; em 2004 dá-se a tal redinamização, tendo o número de PME aumentado em perto de 20,5 mil; e em 2005 há novo incremento, desta feita de cerca de 4,1 mil. Por sua vez, em 2001, os postos de trabalho gerados pelas PME aumentaram em 209,7 mil unidades, sendo que em 2002 se registou também um importante incremento de 96,7 mil; em 2003 dá-se uma pequena contracção do emprego nas PME (-5,2 mil empregos nestas empresas, nomeadamente nas de pequena e média dimensão, uma vez que nas microempresas o emprego aumentou), mas a recuperação não tarda, e em 2004 são gerados mais 70,4 mil empregos pelas PME (por micro, mas também por pequenas e por médias empresas), o que significa que se conseguiu recuperar, inclusivamente, para valores bem superiores aos registados em 2002; por fim, em 2005, as PME foram responsáveis por mais 14,2 mil postos de trabalho do que no ano anterior.



Já o volume de negócios realizado pelas PME ao longo do período teve um comportamento ligeiramente diferente. Se bem que tenha registado também um aumento progressivo e, neste caso, sem qualquer excepção em qualquer dos anos entre 2000 e 2005. Contudo, neste caso, e ao contrário do que aconteceu com o emprego, 2003 revelou ser o ano em que as PME conseguiram maior dinamismo em matéria de facturação – um acréscimo de 3,6% nos seus negócios, em termos reais. Em 2001 e 2002 verificaram-se aumentos de 1,5% e de 1%, respectivamente, ou seja, de 2,3 mil milhões e de 1,6 mil milhões, respectivamente; em 2003 e 2004 o crescimento esteve na casa dos 3% (3,6% e 3,3%), isto é, a facturação das PME teve incrementos de 5,6 mil milhões de euros e de 5,4 mil milhões de euros, respectivamente; e em 2005 ocorreu um acréscimo na linha da fase inicial do período, ou seja, de 1,4%, i.e., 2,3 mil milhões de euros.



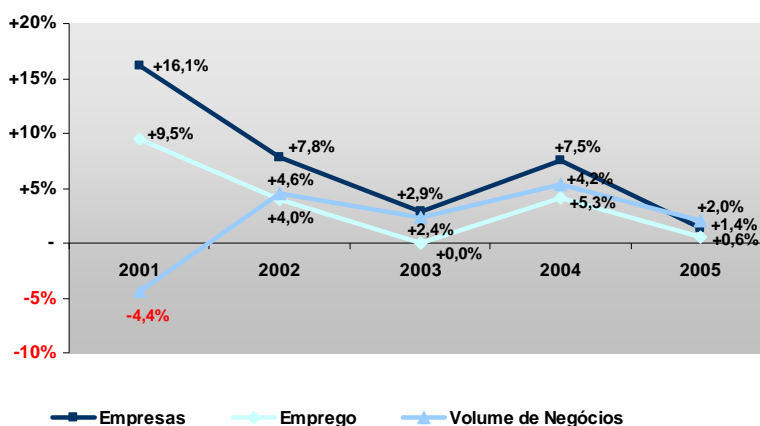
A evolução registada pelas PME é, naturalmente, determinante na evolução do tecido empresarial como um todo. E a verdade é que as tendências de crescimento da estrutura empresarial neste período foram em muito semelhantes às apontadas para aquelas empresas. Isto, especialmente no caso do número de unidades empresariais e do emprego. No caso do volume de negócios, o comportamento das grandes empresas condicionou notoriamente a evolução global – nuns casos de forma negativa, noutros de forma positiva.



Ainda que as PME tenham conseguido um pequeno crescimento real da sua facturação em 2001, a verdade é que nesse ano as grandes empresas viram os negócios contraírem-se, em termos reais, em 11,9%, o que resultou numa diminuição da facturação real das empresas, em termos globais (de 4,4%). A recuperação sentiu-se logo em 2002, e de forma intensa (4,6%), desta feita especialmente impulsionada pelas empresas de grande dimensão – as

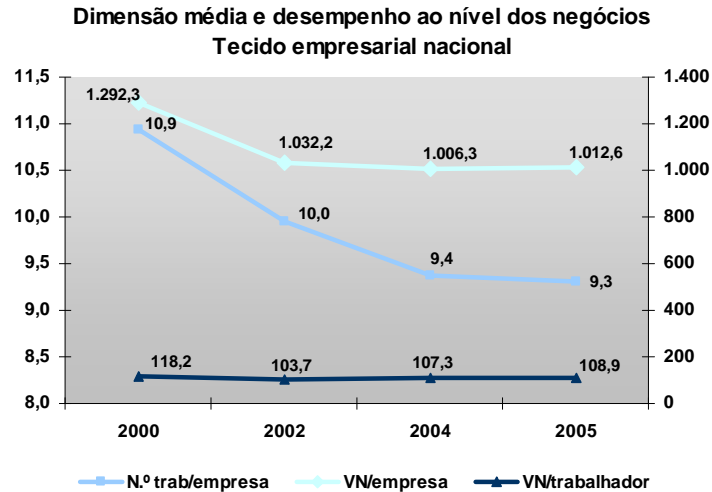
PME mantiveram níveis de crescimento idênticos aos do ano anterior, como já referido, mas as grandes empresas conseguiram fazer crescer os seus negócios, em termos reais, em 9,7%. No ano seguinte as grandes empresas mantiveram os níveis de facturação (ligeiro crescimento de 0,8%), tendo sido altura de as PME intensificarem um pouco mais os seus negócios (3,6%), o que resultou num acréscimo global de 2,4% na facturação nacional. Em 2004 as PME continuaram a aumentar os seus negócios, mantendo o bom ritmo de crescimento do ano anterior (3,3%), ao passo que as grandes empresas conseguiram novo salto (8%) – o resultado foi um interessante incremento de 5,3% nos negócios realizados no país, a taxa mais elevada do período. Em 2005 a facturação continuou a registar aumentos reais, mas mais moderados do que no ano anterior, em qualquer dos casos (2%, em termos globais).

**Evolução anual real da estrutura empresarial
2000-2005**

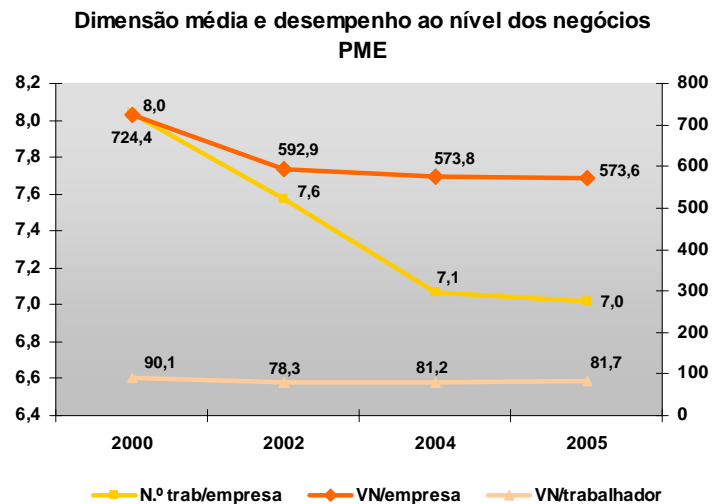


Simultaneamente ao reforço do peso das PME, um outro fenómeno tem vindo a ocorrer ao nível da estrutura empresarial nacional – a progressiva redução da sua dimensão média.

Efectivamente, se em 2000 cada empresa empregava, em média, 10,9 trabalhadores, em 2002 esse número havia baixado para 10 e em 2005 para 9,3. Paralelamente, o volume de negócios médio realizado por cada empresa tem seguido a mesma tendência – dos 1292 mil euros facturados em 2000 caiu-se para os 1032 em 2002 e para os 1013 em 2005 (valores reais, a preços de 2005). Ou seja, as empresas nacionais tendem a operar com menos pessoas ao serviço e gerando também um pouco menos de negócio, individualmente – operam em 2005 com menos 1,6 pessoas e facturam menos 92,5 mil euros em termos nominais do que em 2000, ou seja, com menos 280 mil euros, em termos reais (reduções reais de cerca de 15% e 22%, no emprego e facturação, respectivamente).

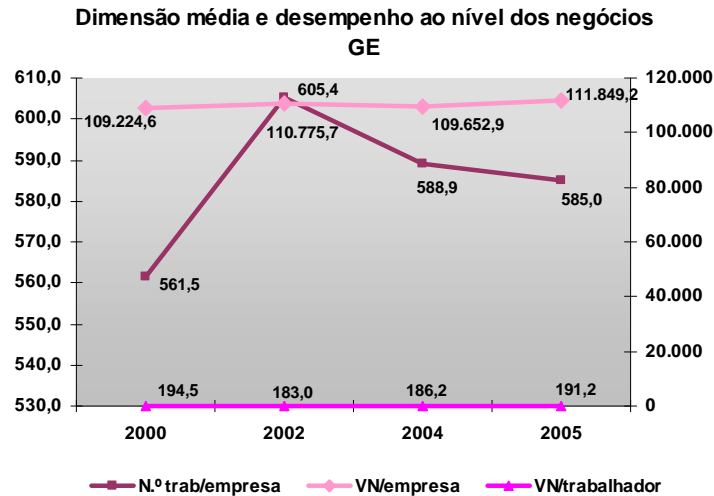


No caso concreto das PME, a redução foi dos 8 trabalhadores por empresa apurados em 2000 para os 7,6 em 2002 e depois para os 7 em 2005, enquanto que a facturação média se contraiu dos 724,4 mil euros em 2000 para os 592,9 mil euros em 2002 e para os 573,6 mil euros em 2005. Isto é, em média, cada PME exerce a sua actividade com menos 1 pessoa ao serviço, facturando menos cerca de 46 mil euros, em termos nominais, o que corresponde a 150 mil euros, em termos reais (diminuições reais de aproximadamente 13% e 21%, no emprego e volume de negócios, respectivamente).



Esta tendência não é, contudo, comum às grandes empresas. Estas, ao invés, têm vindo a aumentar a sua dimensão média, quer em termos de número de trabalhadores quer em termos de negócios. Assim, em 2005 cada grande empresa operava, em média, com mais 23,5 trabalhadores do que em 2000 (+4%), facturando mais 2,6 milhões de euros (+2%) em termos reais (18,4 milhões, em termos nominais). Falamos de 561,5 trabalhadores por

empresa em 2000 e de 585 em 2005. De notar, no entanto, que de 2002 para 2005 se registou uma diminuição da dimensão das grandes empresas, tanto ao nível do emprego como dos negócios. Terá, pois, que se ver como evoluirão estes indicadores nos próximos anos, para perceber qual o movimento que prevalecerá.



Uma tendência é, contudo, comum, a PME e grandes empresas – a progressiva melhoria da sua *performance* nestes últimos anos, medida pelo negócio que cada trabalhador consegue gerar.

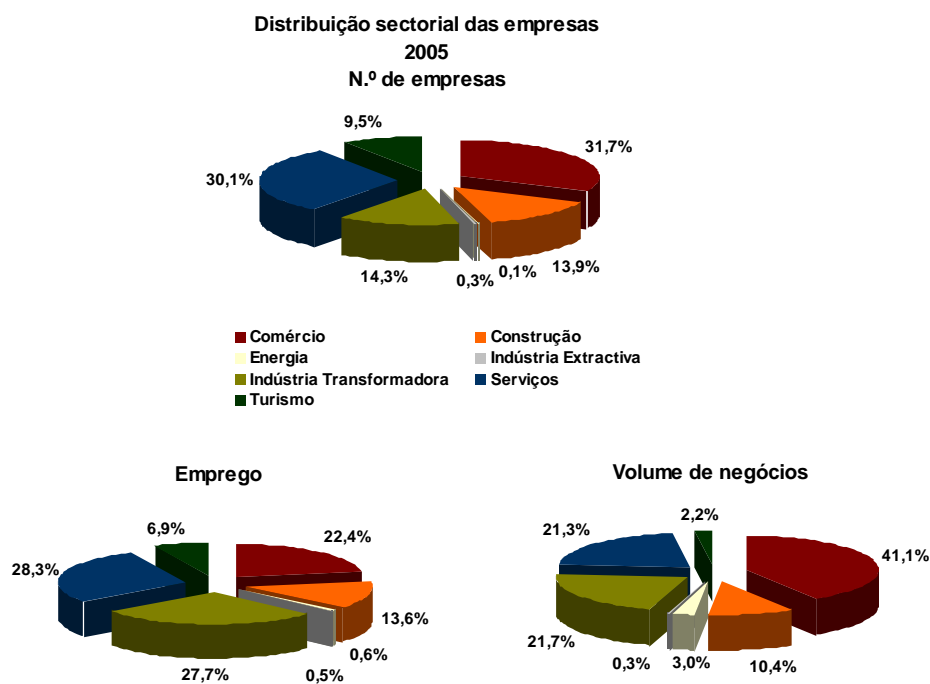
Se é certo que em 2005, e em termos reais, o volume de negócios médio realizado por trabalhador era inferior ao de 2000 (em termos nominais era 8% superior, ou seja, cada trabalhador gerava mais 7,8 mil euros de facturação, o que em termos reais significa uma redução de 8%, da ordem dos 9,3 mil euros por trabalhador), também é certo que este rácio, depois de sofrer uma quebra entre 2000 e 2002, tem vindo a aumentar sucessivamente desde então. Em 2000 cada trabalhador gerava 118,2 mil euros de negócios por ano, valor que desceu para os 103,7 mil euros em 2002, mas que em 2005 já havia subido para os 108,9 mil euros.

Idêntico comportamento é registado, pois, por PME e por grandes empresas. O volume de negócios médio por trabalhador nas PME, a preços de 2005, que era de 90,1 mil euros em 2000, desceu para os 78,3 mil euros em 2002, tendo voltado a aumentar para os 81,7 mil euros em 2005 (ao todo, entre 2000 e 2005, a redução foi de -8,4 mil euros de facturação por trabalhador, mas a recuperação conseguida entre 2002 e 2005 foi de 3,4 mil euros). Por seu turno, nas grandes empresas caiu-se de uma facturação média por trabalhador da ordem dos 194,5 mil euros em 2000 para os 183 mil euros em 2002, recuperando para os

191,2 mil euros em 2005 (o incremento conseguido entre 2002 e 2005 foi de 8,2 mil euros, mas ainda assim o resultado era, nesse ano, inferior em 3,3 mil euros ao de 2000).

Retrato sectorial

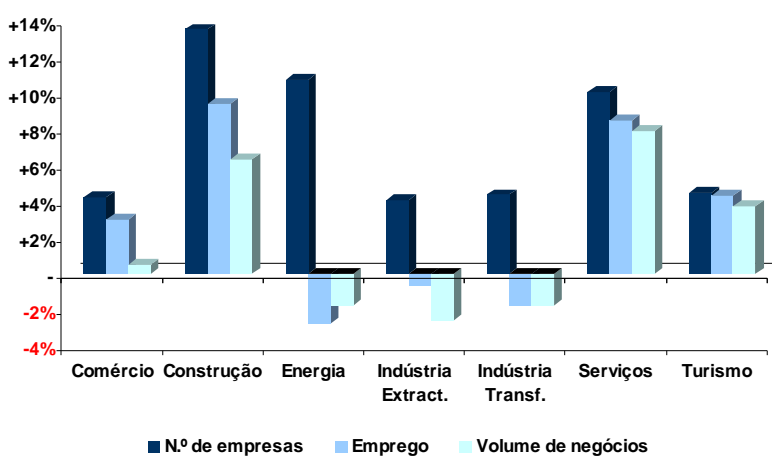
Portugal tem uma estrutura empresarial claramente terciarizada. Comércio e serviços (incluindo turismo) são, de facto, predominantes na economia nacional, representando 71,3% das unidades empresariais em actividade e gerando 57,6% dos empregos privados e 64,6% dos negócios do país. De entre estes, o comércio destaca-se por ser o sector onde opera o maior número de empresas (31,7%) e também por ser aquele que maior volume de negócios realiza (41,1%), enquanto que o sector dos serviços se distingue em termos de emprego gerado (28,3%). Aliás, os serviços já conseguiram mesmo conquistar o lugar de principal empregador nacional, destronando nesse papel – ainda que apenas marginalmente – aquele que foi o tradicional empregador português ao longo das últimas décadas, a indústria transformadora.



O aumento da importância dos serviços na estrutura empresarial nacional tem sido, de facto, muito nítido. Olhando para o período 2000-2005, constata-se que o número de empresas do sector tem vindo sucessivamente a aumentar, o que tem permitido fortalecer a sua posição em termos de contributo para os negócios do país e também – e especialmente –, a sua responsabilidade em matéria de geração de postos de trabalho. Em 2000 exerciam actividade no sector dos serviços (estrito senso, não incluindo comércio e turismo) cerca de 56 mil empresas (26,2% das unidades empresariais), as quais eram responsáveis por 22,4% do emprego (520 mil postos de trabalho) e por 16% dos negócios nacionais (36,5 mil

milhões de euros); em 2005 o número de empresas ascendia já a perto de 90 mil, ou seja, 30,1% das unidades empresariais, as quais geravam 28,3% dos empregos (782 mil postos de trabalho) e 21,3% da facturação do país (62,5 mil milhões de euros). O significativo crescimento do sector traduziu-se, assim, em incrementos da ordem dos 10,1%/ano no número de empresas entre 2000 e 2005, assim como em acréscimos médios anuais no emprego e nos negócios de 8,5% e de 7,9% (crescimento real; o aumento das vendas, em termos nominais, foi de 11,3%/ano).

**Evolução da estrutura empresarial nacional
nos grandes sectores de actividade
t.c.m.a. real 2000/2005**



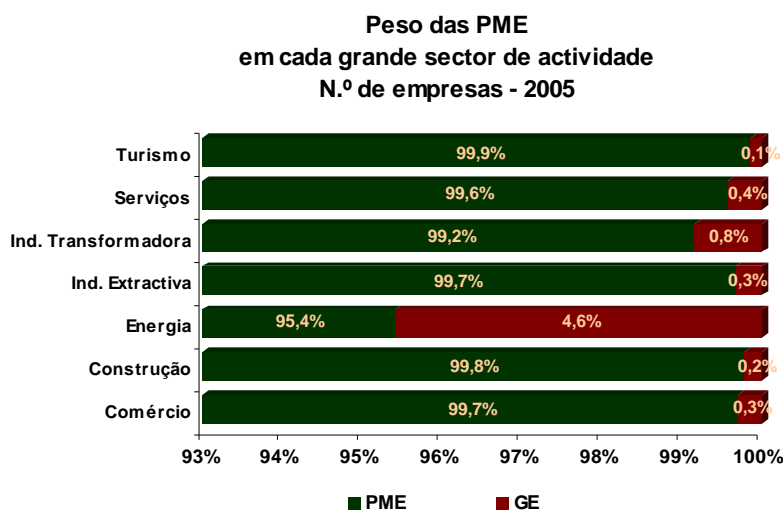
Este aumento da relevância dos serviços tem sido acompanhado por uma continuada perda de importância relativa da indústria transformadora. Em 2000 este sector reunia 16,2% das empresas, gerando 36,1% dos empregos e 25,9% dos negócios do país, valores que caíram, respectivamente, para os 14,3%, 27,7% e 21,7% em 2005, fruto de reduções no emprego e na facturação da ordem dos 1,7% e 1,8%, em termos médios anuais reais, neste período (isto, apesar de o número de unidades empresariais a operar no sector ter crescido, em média, 4,4%/ano). Em consequência, se em 2000 a diferença no peso que estes sectores tinham na estrutura empresarial nacional era muito expressiva, com absoluta vantagem para a indústria transformadora, em 2005 ela tornou-se insignificante, com ambos a darem contributos muito semelhantes, quer para o emprego quer para os negócios nacionais.

De salientar ainda, em matéria de dinamismo ao longo do período em análise, o desempenho do sector da construção, que registou importantes crescimentos, tanto em termos de número de unidades empresariais em actividade, como em termos do emprego e dos negócios por estas gerado (incrementos médios anuais de 13,5%, 9,4% e 6,3%,

respectivamente; valores reais, no que respeita a facturação). Em resultado desta *performance*, o seu peso na estrutura empresarial nacional fortaleceu-se – em 2000 operavam no sector 10,4% das empresas, sendo que o mesmo era responsável por 10,4% do emprego e por 8,4% da facturação realizada, ao passo que em 2005 o sector reunia 13,9% das empresas, sendo o seu contributo para o emprego e para os negócios nacionais da ordem dos 13,6% e dos 10,4%, respectivamente.

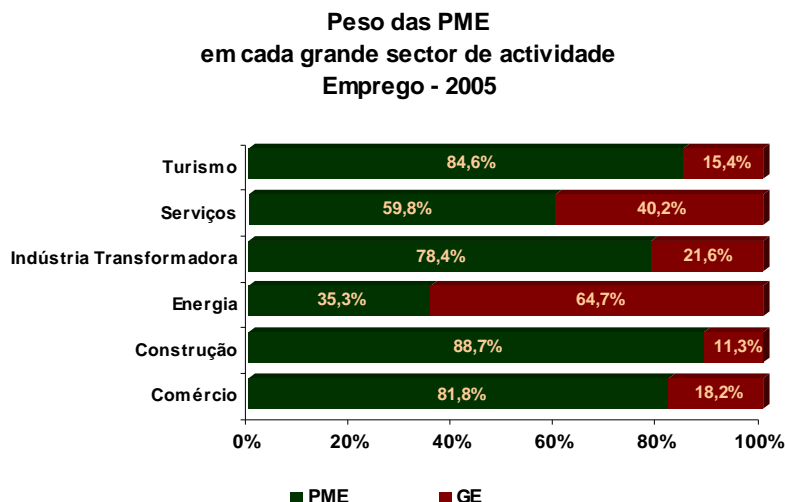
As PME são da maior importância em qualquer dos grandes sectores de actividade, mas assumem especial protagonismo no turismo e na construção. Ao invés, é no sector energético que o seu papel é menos expressivo.

Senão, vejamos. As PME representam mais de 99% das unidades empresariais de todos os grandes sectores de actividade; a excepção acontece no sector energético, onde estas representam “apenas” 95,4% das empresas.

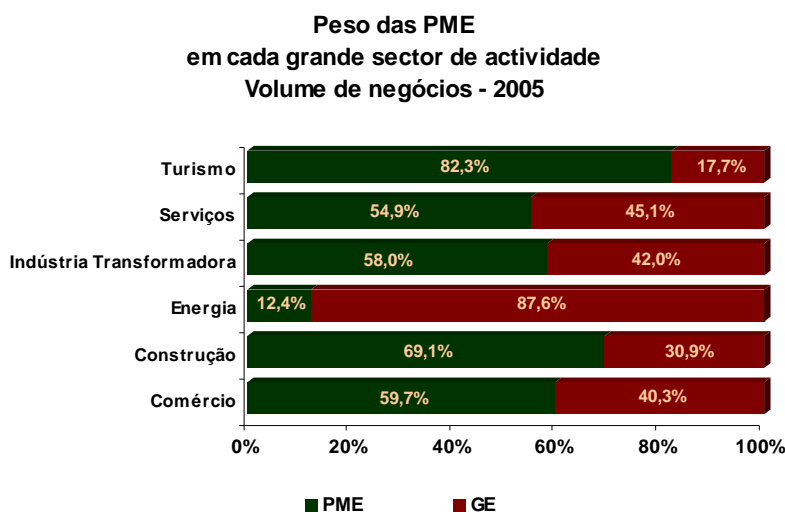


Em consequência, elas geram mais de $\frac{3}{4}$ dos empregos e mais de metade dos negócios de cada sector – excepção feita ao sector energético e, no caso do emprego, também ao sector dos serviços, onde as PME têm um contributo ligeiramente menor do que nos restantes sectores, mas ainda assim de grande significado (59,8%)¹.

¹ Por motivos que se prendem com o segredo estatístico associado aos dados económicos da indústria extractiva, nomeadamente às grandes empresas, não é possível proceder a uma análise desta natureza relativamente ao mesmo.

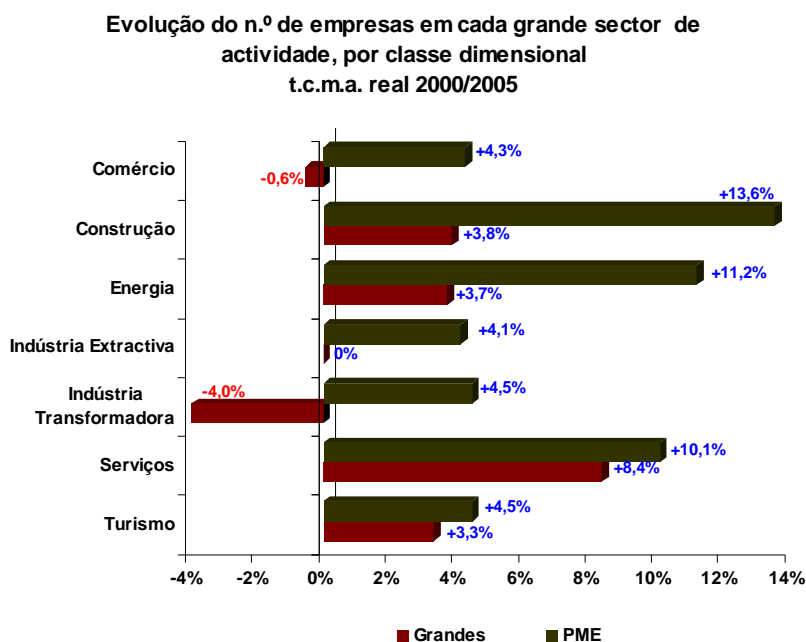


No turismo e na construção as PME assumem, como referido, especial protagonismo, sendo criadoras de 84,6% e de 88,7% dos postos de trabalho, respectivamente, e realizando 82,3% e 69,1% da facturação sectorial. E também no comércio e na indústria transformadora o seu papel é do maior significado, ao gerarem 81,8% e 78,4% do emprego e 59,7% e 58% dos negócios, respectivamente. Por seu turno, nos serviços o peso das PME é um pouco mais moderado, comparativamente, muito especialmente em matéria de emprego. Ainda assim, as PME geram 59,8% dos postos de trabalho e 54,9% dos negócios do sector, o que é muito significativo.

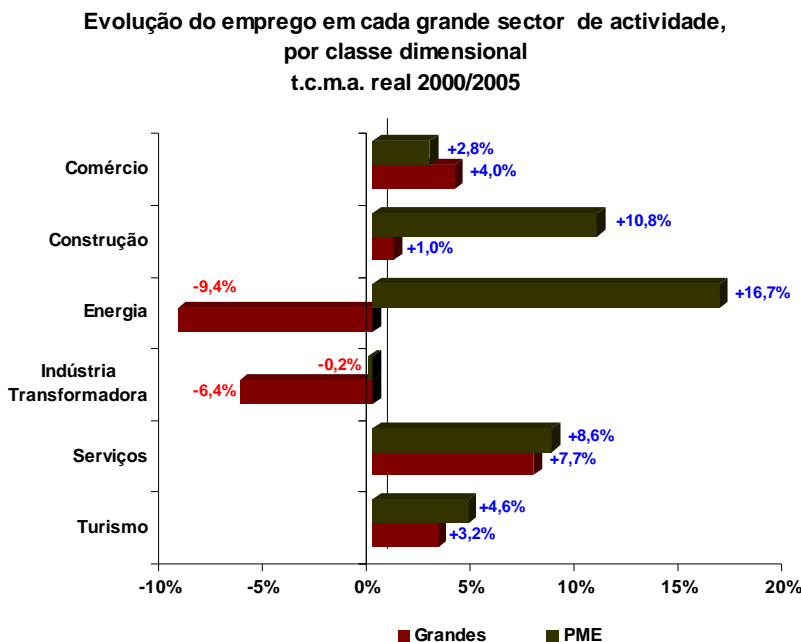


Somente no sector energético as PME têm uma expressão relativamente reduzida, sendo responsáveis por pouco mais de 1/3 dos empregos (35,3%) e de 1/8 da facturação (12,4%).

E estas empresas têm vindo inclusivamente a reforçar o seu peso em praticamente todos os grandes sectores, em especial no contributo dado em matéria de geração de empregos. Efectivamente, entre 2000 e 2005, o número de empresas a operar em qualquer um dos grandes sectores aumentou, sendo que em qualquer dos casos o número de PME aumentou a um ritmo superior ao das grandes empresas. Inclusivamente, o número de unidades de grande dimensão a operar no comércio e na indústria transformadora contraiu-se – ligeiramente, no primeiro caso, e de forma um pouco mais expressiva, no segundo (quedas médias anuais de 0,6% e 4%, respectivamente) –, pelo que o incremento do número de empresas a exercer aquelas actividades se deve exclusivamente ao acréscimo do número de PME.



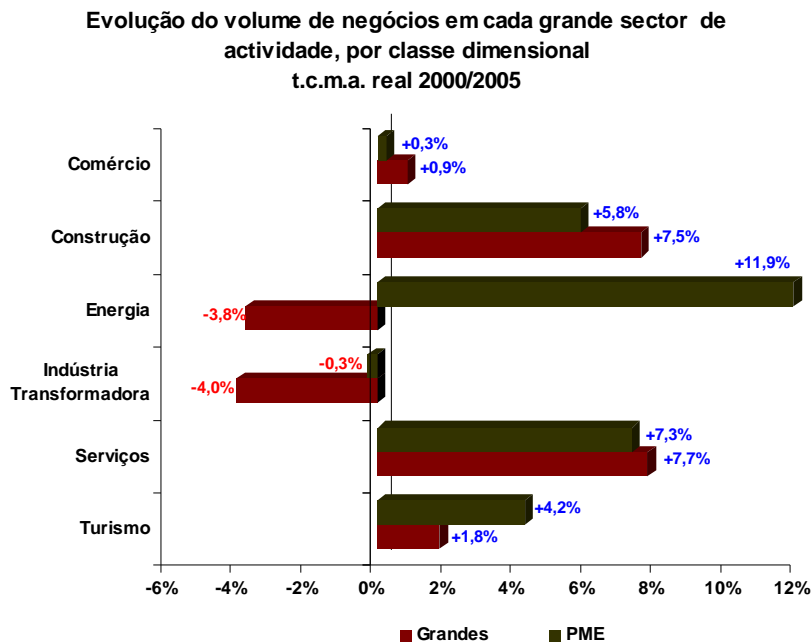
Em resultado desta dinâmica, as PME foram os principais motores do crescimento do emprego registado no período na maioria dos sectores, tendo, por outro lado, atenuado o impacto da diminuição dos postos de trabalho num dos casos em que houve contracção do emprego entre 2000 e 2005, designadamente no sector energético. De facto, as PME asseguraram crescimentos do emprego em todos os sectores, com excepção da indústria transformadora. Neste sector, se bem que a principal quebra do emprego tenha ocorrido ao nível das grandes empresas – 6,4%/ano –, também entre as PME se registou uma ligeira diminuição dos postos de trabalho – 0,2%/ano. Nos restantes sectores, e com excepção do comércio, os ritmos de crescimento do emprego originados pelas PME foram superiores aos das grandes empresas.



No caso da construção a diferença é de especial significado, uma vez que os postos de trabalho gerados pelas PME tiveram um incremento médio anual de 10,8%, ao passo que o acréscimo do emprego entre as grandes empresas foi apenas de 1%. E no caso do sector energético, como já referido, o importante crescimento do emprego ocorrido entre as PME (16,7%/ano) terá contribuído largamente para suavizar o impacto da quebra registada entre as empresas de grande dimensão (9,4%/ano) – a redução do emprego no sector ficou-se, assim, nos 3,9%/ano.

Já em matéria de volume de negócios a situação é um pouco diferente, uma vez que na maioria dos grandes sectores de actividade o ritmo de crescimento das grandes empresas foi um pouco mais expressivo do que o das PME. Ainda assim, é de salientar que em todos os sectores, com excepção da indústria transformadora, as PME conseguiram assegurar incrementos reais da sua facturação, em alguns casos bastante significativos. No sector energético os negócios das PME aumentaram em termos reais, em média, por ano, entre 2000 e 2005, 11,9%, nos serviços 7,3%, na construção 5,8% e no turismo 4,2%. No comércio o aumento das vendas foi mais moderado, tendo sido da ordem dos 0,3%/ano. O dinamismo das PME foi maior do que o das grandes empresas, no que ao crescimento dos negócios diz respeito, nos sectores energético – neste caso a facturação das empresas de grande dimensão caiu, em termos reais, 3,8%/ano, no período, ao passo que as PME conseguiram acréscimos reais nos seus negócios da ordem dos 11,9%/ano, como já

referido – e no turismo, tendo sido um pouco menor ao nível do comércio, construção e serviços.



Na indústria transformadora houve, à semelhança do que aconteceu com o emprego, uma contracção da facturação, entre 2000 e 2005, tanto entre as PME como entre as grandes empresas. No entanto, as quebras registadas entre as PME foram mais moderadas – 0,3%/ano, em termos reais, face aos 4%/ano das grandes empresas (em termos nominais o volume de negócios das PME aumentou (2,9%), mas não o suficiente para garantir um acréscimo real do mesmo; nas grandes empresas a redução da facturação ocorreu inclusivamente em termos nominais (1%/ano)).

Apesar da evolução negativa observada ao nível do sector energético no período em análise, o certo é que este continua a ser claramente o sector de maior dimensão média na estrutura empresarial nacional – como, aliás, seria de esperar, dado o relativamente menor peso que as PME detêm no mesmo: cada empresa opera, em média, com 41 trabalhadores e a realiza negócios da ordem dos 22,3 milhões de euros. Mesmo as PME que operam neste sector são maiores, em termos médios, do que as que exercem actividade em qualquer dos outros sectores, especialmente em termos do negócio realizado (14 trabalhadores por empresa – o dobro da média global – e 2,8 milhões de euros de euros de facturação – quase o quintuplo do valor médio realizado pelo tecido empresarial nacional).

Ao invés, o sector do turismo é aquele que apresenta menor dimensão, com empresas a funcionar com menos de 7 trabalhadores e a realizar um volume de negócios anual da ordem dos 223 mil euros, em média. E se a dimensão média das PME deste sector, em termos de número de trabalhadores por empresa, é muito semelhante à observada, quer no comércio quer nos serviços, a verdade é que o seu volume de negócios médio é consideravelmente inferior, rondando os 184 mil euros (376 mil euros nos serviços e 764 mil euros no comércio). O que também seria expectável, dada a natureza de cada uma das actividades.

De qualquer modo, uma tendência é comum a qualquer um dos grandes sectores – a redução do número médio de trabalhadores com que cada empresa opera e, simultaneamente, a quebra real do volume de negócios realizado por cada unidade.

Esta diminuição da dimensão média do tecido empresarial de cada sector foi mais acentuada no sector energético – resultado da contracção do emprego e da facturação verificada no período em observação –, mas teve também uma expressão não menosprezável nos sectores industriais – na indústria transformadora o sentido da evolução foi idêntico ao do sector energético, como já referido² – e também na construção – quer o emprego quer o volume de negócios cresceram de forma importante neste sector, entre 2000 e 2005, mas a um ritmo inferior ao do número de empresas, o que significa que as empresas de construção em 2005, em média, empregavam menos pessoas e facturavam menos, em termos reais, do que em 2000.

A tendência para a diminuição da dimensão do tecido empresarial verifica-se também ao nível das PME, se bem que neste caso tal não ocorra em todos os grandes sectores de actividade. O sector energético é uma excepção, já que as PME que nele operam fazem-no em 2005 com mais trabalhadores e facturando mais do que em 2000. E também o turismo o é, nomeadamente no que respeita à questão do emprego, uma vez que se regista um aumento – ainda que marginal – do número de trabalhadores por empresa em 2005 face a 2000. Quanto aos sectores que mais viram a sua dimensão média reduzir-se, destaque para a indústria, tanto extractiva como transformadora, especialmente em matéria de número de trabalhadores por empresa, e para a construção, em matéria de facturação média. De notar, no entanto, que a redução da dimensão média das empresas na indústria transformadora foi mais acentuada a nível global do sector do que nas PME, o mesmo acontecendo com a média de postos de trabalho no sector da construção; já a contracção da facturação média

² Relativamente à indústria extractiva, não é possível determinar qual o sentido da evolução entre 2000 e 2005, dado o segredo estatístico a que estão sujeitos os dados.

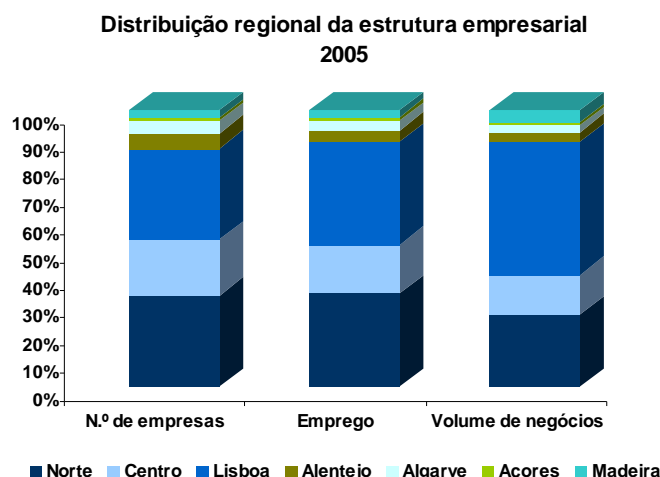
da construção foi ligeiramente maior entre as PME do que na generalidade das empresas do sector, em termos relativos (em termos absolutos a quebra da facturação média foi maior na globalidade das empresas do que especificamente nas PME).

Em consonância com o facto de ser o sector de menor dimensão média, o turismo é também aquele onde as micro e pequenas empresas maior expressão têm, seja em termos de número de unidades seja em termos de emprego ou de volume de negócios. Estas empresas representam 98,8% das unidades a operar no sector e geram a grande maioria dos postos de trabalho (70,6%) e dos negócios do mesmo (65,7%). Comércio e construção são também sectores onde as empresas de menor dimensão assumem um papel particularmente importante, constituindo 98,1% e 97,8% das empresas, respectivamente, e sendo responsáveis por mais de 2/3 dos empregos (67% e 70,4%, respectivamente) e por perto de metade da facturação (40,1% e 48,3%, respectivamente). Por seu turno, é no sector energético que as micro e pequenas empresas menos peso têm – geram somente 12,7% do emprego e 5,2% da facturação –, o que é consonante com o facto de este ser o sector de maior dimensão média. Mas o seu peso é também comparativamente reduzido no sector dos serviços, onde são responsáveis por 43,9% dos postos de trabalho e por 34,8% do volume de negócios. Neste sector, e ainda que representando somente 0,4% das unidades empresariais, as grandes empresas assumem, por sua vez, especial relevância, ao gerarem um pouco mais de 2/5 dos empregos e dos negócios (40,3% e 45,2%, respectivamente). Ainda assim, é de salientar que as PME, em geral, e as micro e pequenas empresas, em particular, tenham reforçado ligeiramente o seu peso neste sector entre 2000 e 2005.

Retrato regional

Tradicionalmente, Portugal tem tido um considerável nível de concentração da sua estrutura empresarial em apenas duas regiões (NUTS II), designadamente no Norte e em Lisboa. E se bem que esta situação não se tenha ainda alterado de forma substancial, certo é que, nos últimos anos, a tendência tem sido claramente no sentido da redução dessa concentração, fruto da maior dinamização relativa do tecido empresarial das restantes regiões do país.

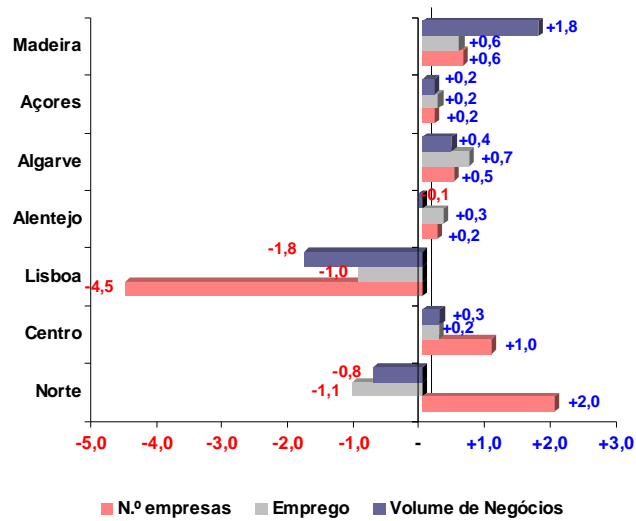
Ainda assim, estão sedeadas nas regiões Norte e Lisboa perto de 2/3 das unidades empresariais (65,7%), pelo que estas duas regiões geram mais de 70% dos empregos privados e dos negócios nacionais (70,8% e 74,2%, respectivamente).



De qualquer modo, estes valores mostram, efectivamente, uma perda de importância destas regiões face às restantes quando comparada a situação actual com a verificada em 2000, altura em que Norte e Lisboa reuniam 68,2% das empresas e eram responsáveis por 72,9% dos postos de trabalho privados e por 76,8% dos negócios nacionais.

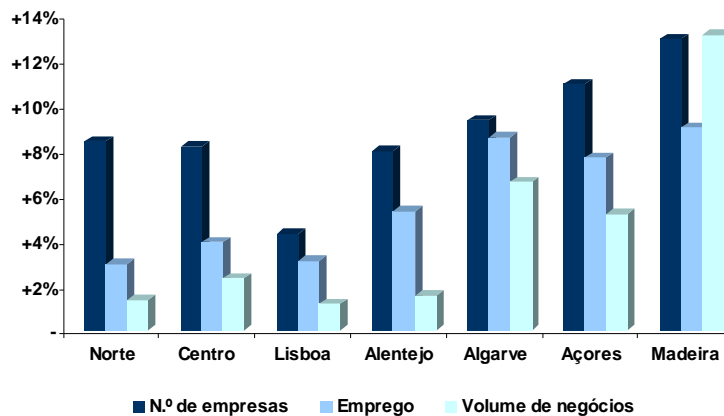
Lisboa foi a região que mais peso perdeu entre 2000 e 2005, tendo reduzido a sua importância relativa tanto em termos de número de unidades empresariais como em termos de emprego e de volume de negócios realizado (-4,53 p.p., -0,98 p.p. e -1,81 p.p., respectivamente). Isto, apesar de a estrutura empresarial da região ter registado crescimentos positivos no período; só que se tratou de ritmos de crescimento abaixo da média nacional, ou seja, qualquer outra das regiões, quer no Continente quer nas regiões autónomas, se revelou mais dinâmica, em termos relativos (excepção feita à região Norte, onde o aumento do emprego foi mais moderado do que na região de Lisboa).

**Evolução do peso de cada região
na estrutura empresarial nacional
2000/2005**



Similarmente, também a região Norte perdeu alguma importância relativa na estrutura empresarial nacional, neste caso apenas em matéria de contributos para o emprego e para a facturação (-1,09 p.p e -0,75 p.p., respectivamente), uma vez que em termos de unidades empresariais a região até ganhou algum peso no período em observação (+2 p.p.). Uma vez mais, esta perda de importância relativa não resultou de uma evolução negativa da região, mas sim de crescimentos mais moderados, quando comparados com outras regiões.

**Evolução da estrutura empresarial nacional nas regiões
NUTS II
t.c.m.a. real 2000/2005**



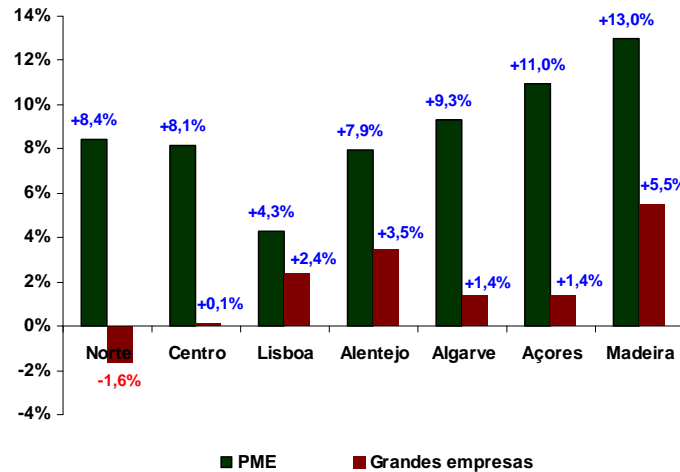
De facto, entre 2000 e 2005, tanto o número de empresas como os empregos e volume de negócios gerados aumentaram em qualquer das regiões. Como já referido, os crescimentos

mais moderados ocorreram em Lisboa e no Norte (neste caso, excepção feita ao número de unidades empresariais, que teve um acréscimo superior à média nacional) – em Lisboa as taxas médias anuais de crescimento foram de 4,3%, 3,1% e 1,2%, respectivamente, e no Norte foram de 8,4%, 2,9% e 1,3%, respectivamente (no caso da facturação trata-se do incremento real) – ao passo que as áreas mais dinâmicas foram as regiões autónomas e, no continente, o Algarve – na Madeira os crescimentos foram da ordem dos 12,9%, dos 9% e dos 13,1%/ano; nos Açores foram de 10,9%, de 7,6% e de 5,1%/ano; e no Algarve de 9,3%, 8,5% e 6,6%/ano, respectivamente.

De notar, contudo, que nestas três regiões, e também no Alentejo, apesar dos ritmos de crescimento superiores à média, em termos globais, os crescimentos absolutos do número de empresas, emprego e facturação continuam a ser inferiores aos das regiões Norte, Centro e Lisboa. Por exemplo, enquanto que em Lisboa foram gerados mais perto de 29 mil empregos por ano, entre 2000 e 2005, e no Norte mais cerca de 25 mil, no Alentejo e Algarve o acréscimo médio anual foi da ordem dos 5200 e dos 6300 postos de trabalho, respectivamente, sendo que nas regiões autónomas os incrementos foram ainda inferiores. Contudo, é de salientar, no que respeita a volume de negócios, a situação da Região Autónoma da Madeira, uma vez que os acréscimos médios anuais da facturação naquela região terão sido dos mais significativos do país, sendo apenas superados pelos da região de Lisboa (+1,2 mil milhões de euros/ano na R.A. da Madeira e +1,6 mil milhões de euros na região de Lisboa; no Centro os acréscimos foram de cerca de 920 mil euros/ano; no Algarve foram de cerca de 360 mil euros; e no Alentejo e R.A. dos Açores na ordem dos 170 mil euros).

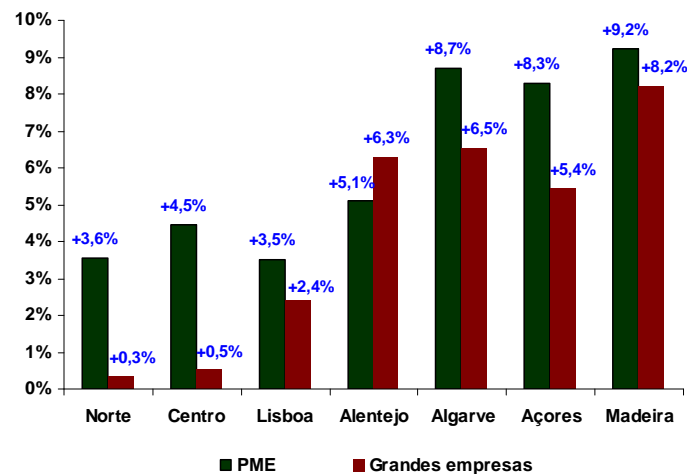
Tanto as PME como as grandes empresas contribuíram positivamente para o crescimento da estrutura empresarial na maior parte das regiões do país entre 2000 e 2005. Contudo, e especialmente em matéria de número de unidades empresariais e de emprego, o ritmo de crescimento das PME foi mais intenso do que o das empresas de grande dimensão. Aliás, os únicos casos de crescimento negativo registados aconteceram somente entre as grandes empresas, que viram a sua facturação reduzir-se, em termos reais, em duas regiões, tendo por outro lado caído em número noutra.

**Evolução do número de empresas em cada região,
por classe dimensional
t.c.m.a. 2000/2005**



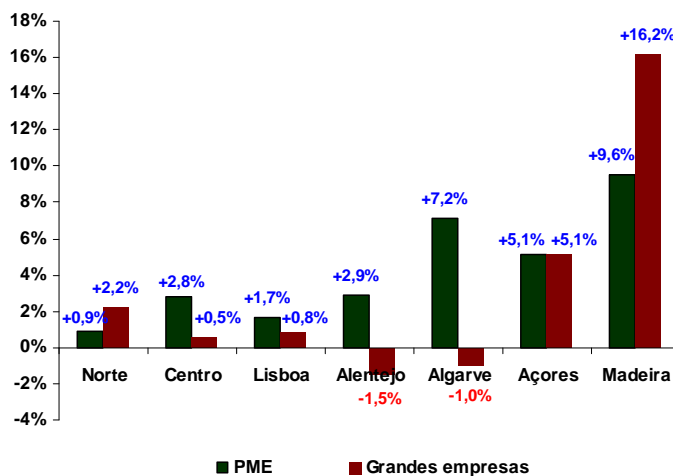
Efectivamente, as PME apresentaram crescimentos mais expressivos, quer em termos de número de unidades quer em termos de geração de emprego, em qualquer das regiões do país. Inclusivamente, na região Norte o crescimento do tecido empresarial ocorreu exclusivamente em resultado do aumento do número de PME, uma vez que o número de unidades de grande dimensão se contraiu entre 2000 e 2005 (-1,6%/ano). Somente no Alentejo as grandes empresas se revelaram um pouco mais dinâmicas, em termos relativos, no que concerne à criação de postos de trabalho (as PME conseguiram aumentar os seus postos de trabalho em 5,1%/ano, ao passo que as grandes empresas os aumentaram em 6,3%, o que se traduziu em mais cerca de 4300 empregos nas PME em cada ano, em média, e em mais cerca de 900 empregos nas grandes empresas).

**Evolução do emprego em cada região,
por classe dimensional da empresa que o gera
t.c.m.a. 2000/2005**



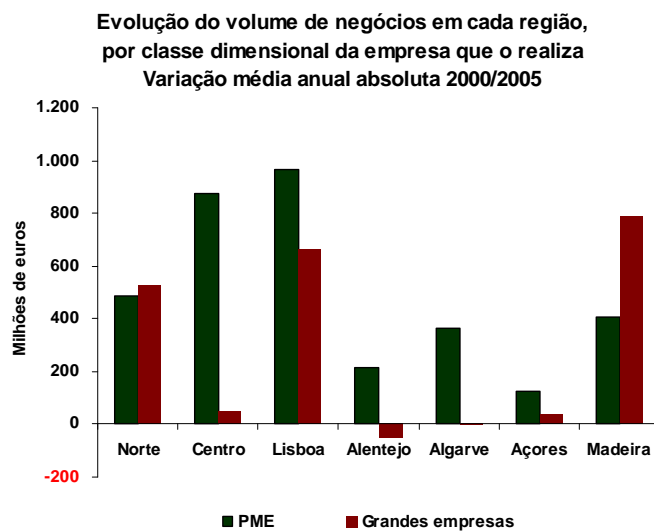
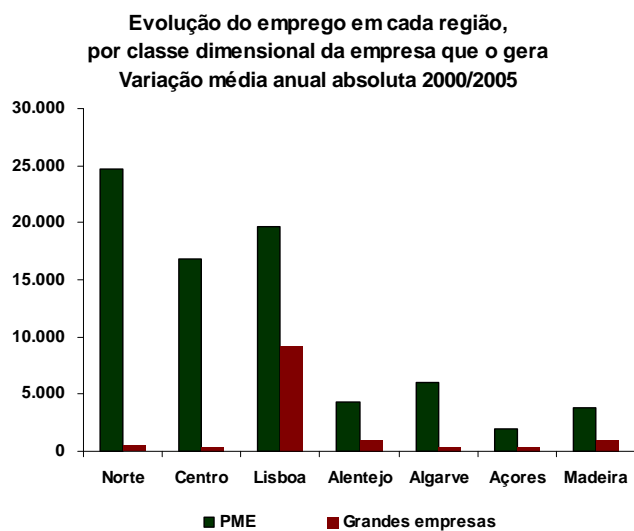
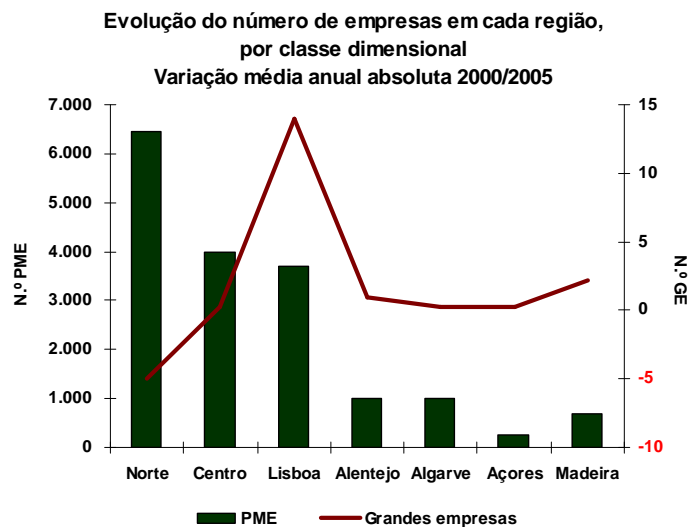
Já em matéria de volume de negócios a situação não é tão linear – enquanto que no Norte e na R.A. da Madeira, em especial nesta região autónoma, as grandes empresas mostraram maior dinamismo no crescimento da facturação do que as PME, tanto em termos relativos como absolutos (no Norte a facturação real das PME cresceu 0,9%, ao passo que a das grandes empresas aumentou 2,2%, o que corresponde a incrementos médios anuais de 487 mil euros e de 528 mil euros, respectivamente; e na Madeira a facturação das PME subiu 9,6% em termos reais, quando a das grandes empresas teve um acréscimo de 16,2%, ou seja, aumentos de 407 mil euros e de 791 mil euros por ano, respectivamente), nas restantes regiões as PME conseguiram melhores desempenhos também neste domínio, sendo que no Alentejo e no Algarve as empresas de grande dimensão viram mesmo os seus negócios reduzir-se, em termos reais, neste período (1,5%/ano e 1%/ano), tendo sido as PME a assegurar o crescimento dos negócios em qualquer das regiões (2,9%/ano e 7,2%/ano).

**Evolução do volume de negócios em cada região,
por classe dimensional da empresa que o realiza
t.c.m.a. real 2000/2005**

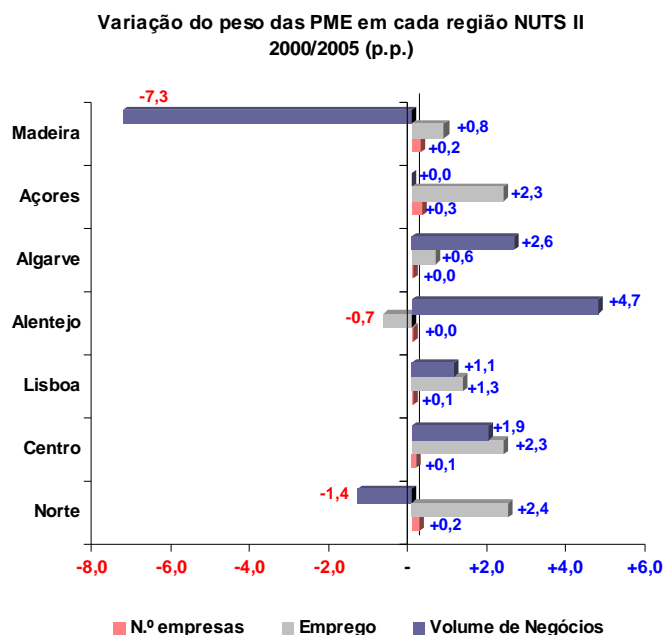


Isto significa, portanto, que na região Norte as PME foram particularmente dinâmicas em termos de aumento de número de unidades empresariais e também enquanto empregadoras, mas ficaram um pouco aquém das grandes empresas no que ao crescimento do volume de negócios diz respeito; que nas regiões Centro e Lisboa as PME foram as grandes responsáveis pelos crescimentos do número de empresas e também pelo aumento dos postos de trabalho gerados e pelos negócios realizados; que no Alentejo as PME aumentaram significativamente em número, gerando assim importantes crescimentos do emprego e dos negócios, sendo que as grandes empresas foram um pouco mais dinâmicas do que as PME, em termos relativos, enquanto geradoras de emprego, tendo no entanto registado uma *performance* negativa no que à facturação diz respeito; que no Algarve as PME

foram os principais motores do crescimento, tendo sido mesmo as únicas responsáveis pelo aumento dos negócios, na medida em que as grandes empresas viram a sua facturação reduzir-se um pouco, em termos reais; que nos Açores as PME apresentaram claramente um maior dinamismo do que as grandes empresas, quer em termos de unidades empresariais quer em termos de geração de empregos, tendo, no entanto, tido uma *performance* semelhante em matéria de incremento dos negócios (em termos relativos, já que em termos absolutos as PME viram a sua facturação crescer de forma bastante mais expressiva do que a das grandes empresas); e que na Madeira o número de PME aumentou bastante mais do que o número de unidades de grande dimensão, tendo o emprego por elas gerado crescido também um pouco mais (bastante mais, se considerarmos valores absolutos); apesar disso, foram as grandes empresas que registaram melhores desempenhos em matéria de crescimento da facturação, quer em termos relativos quer em termos absolutos.



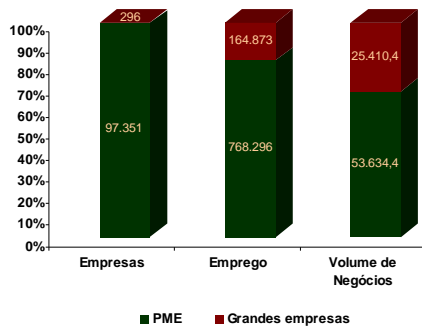
Fruto da sua dinâmica de crescimento, as PME reforçaram, na maior parte dos casos, o seu peso na estrutura empresarial de cada região. Este aumento da importância das PME apenas não aconteceu em matéria de contributo para os negócios no Norte e na R.A. da Madeira e em matéria de contributo para o emprego no Alentejo, resultado dos mais expressivos ritmos de crescimento das grandes empresas nestes domínios, como já referido.



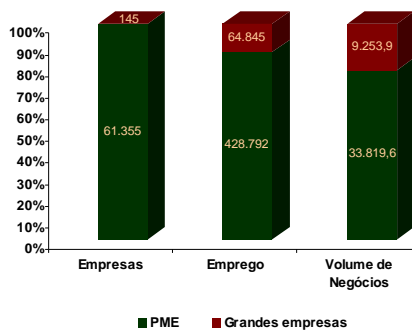
De salientar, adicionalmente, que as PME são dominantes em qualquer das regiões do país, nomeadamente no que respeita a número de unidades empresariais e a postos de trabalho gerados. Já no que respeita a facturação o seu peso é claramente maioritário na maior parte das regiões, mas neste caso existem excepções.

De facto, as PME representam mais de 99% do tecido empresarial de qualquer das regiões, assegurando a grande maioria dos postos de trabalho em qualquer delas. Em alguns casos, elas geram mesmo mais de 80% do emprego da região, como no Norte (82,3%), no Centro (86,9%) e no Alentejo (84,6%), sendo que no Algarve o seu contributo para o emprego ultrapassa, inclusivamente, os 90% (93,7%). Ao invés, é em Lisboa que o seu peso é comparativamente menos significativo, ainda assim representando 60,1% dos postos de trabalho da região. Nas regiões autónomas, por seu turno, as PME são responsáveis por um pouco mais de $\frac{3}{4}$ dos postos de trabalho (78,7% nos Açores e 77,6% na Madeira).

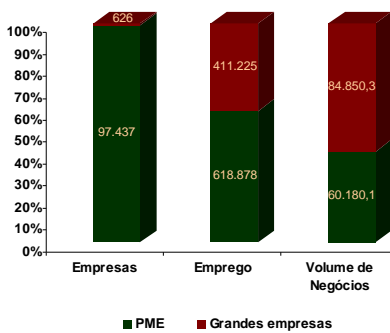
N.º de empresas, emprego e volume de negócios, por classe dimensional de empresas
Norte - 2005



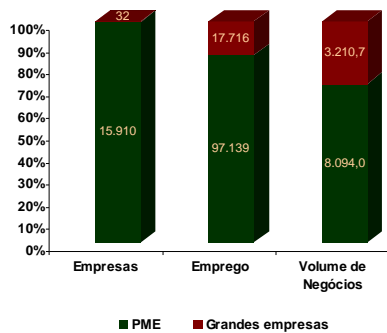
N.º de empresas, emprego e volume de negócios, por classe dimensional de empresas
Centro - 2005



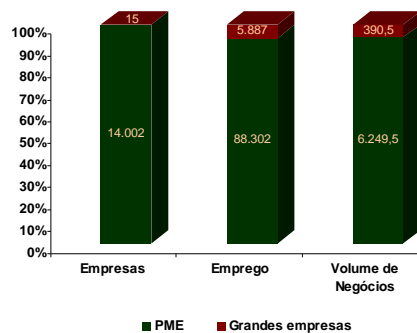
N.º de empresas, emprego e volume de negócios, por classe dimensional de empresas
Lisboa - 2005



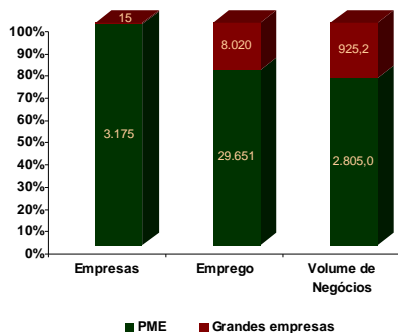
N.º de empresas, emprego e volume de negócios, por classe dimensional de empresas
Aentejo - 2005



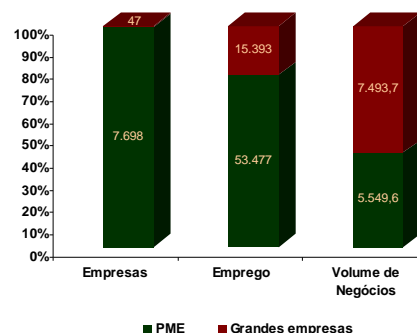
N.º de empresas, emprego e volume de negócios, por classe dimensional de empresas
Algarve - 2005



N.º de empresas, emprego e volume de negócios, por classe dimensional de empresas
Açores - 2005



N.º de empresas, emprego e volume de negócios, por classe dimensional de empresas
Madeira - 2005



O seu papel ao nível dos negócios é também da maior importância em qualquer das regiões, mas neste caso há dois locais em que a principal parcela da facturação não cabe às PME – Lisboa e Madeira. Nestas regiões, as grandes empresas são responsáveis por um pouco mais de metade da facturação (58,5% e 57,5%, respectivamente); nas restantes regiões, o contributo das PME varia entre os 67,9% no Norte, os 70% a 80% no Alentejo (71,6%), Açores (75,2%) e Centro (78,5%) e os mais de 90% no Algarve (94,1%).

À semelhança do que acontece a nível nacional, micro e pequenas empresas constituem a maioria do tecido empresarial de todas as regiões. Mas estas empresas adquirem especial relevância no Alentejo, Algarve e Centro. Em qualquer destas regiões elas constituem cerca de 98% das unidades empresariais, gerando mais de 2/3 dos empregos (67,8%, 74,8% e 65,2%, respectivamente) e mais de metade dos negócios (50,6%, 67,3% e 52,5%). Por seu turno, a importância das empresas de menor dimensão é um pouco inferior nas regiões autónomas e, no Continente, na região de Lisboa – representando, ainda assim, mais de 95% do tecido empresarial de qualquer destas regiões (95,5%, 96,5% e 97,1%, respectivamente), micro e pequenas empresas são também responsáveis pela maioria dos postos de trabalho (53,2%, 57,3% e 43%), mas têm um contributo um pouco menos expressivo para os negócios (42,4%, 23% e 24,1%).

Alentejo, Algarve e Centro são, aliás, as três regiões do país onde a estrutura empresarial apresenta menor dimensão média, quer quando avaliado o número de trabalhadores quer quando avaliado o volume de negócios realizado por cada unidade empresarial. Destaque neste domínio para o Algarve, onde cada empresa, em média, opera com 6,7 trabalhadores e realiza 474 mil euros de negócios. No Alentejo estes números sobem para os 7,2 trabalhadores e para os 709 mil euros, respectivamente, e no Centro para os 8 trabalhadores e para os 700 mil euros.

Com uma estrutura empresarial onde as micro e pequenas empresas têm menor peso e onde as grandes empresas assumem um papel mais expressivo em termos de facturação, como já observado, Lisboa e as regiões autónomas surgem como as regiões de maior dimensão média do país. A diferença de dimensão fica especialmente patente ao nível do volume de negócios, uma vez que a facturação média das empresas sediadas em qualquer destas regiões ultrapassa o milhão de euros – nos Açores é de 1169 mil euros, em Lisboa de 1479 mil euros e na Madeira de 1684 mil euros. No que respeita a trabalhadores, as empresas destas regiões exercem actividade, em média, respectivamente, com 11,8, com 10,5 e com 8,9 pessoas ao serviço.

Nestas três regiões, também as próprias PME apresentam uma dimensão média superior às das restantes, nomeadamente em matéria de facturação. As PME dos Açores lideram o “*ranking*”, realizando, em média, negócios da ordem dos 721 mil euros; seguem-se a Madeira e Lisboa, onde as PME facturam, em média, 721 mil euros e 618 mil euros, respectivamente.

Por seu turno, as PME do Alentejo e, especialmente, as do Algarve são as que realizam a menor facturação média do país (509 mil euros e 446 mil euros, respectivamente).

Mas seja qual for a dimensão actual de cada região, certo é que ela tem seguido uma trajectória tendencialmente decrescente, tal como tem acontecido com a estrutura empresarial nacional como um todo. A única excepção acontece na Madeira, onde a facturação média das empresas cresceu, se bem que muito ligeiramente (0,8%), entre 2000 e 2005 (mas o número médio de pessoas ao serviço em cada empresa caiu, em linha com as outras regiões). Nas restantes regiões, tanto o número de trabalhadores por empresa como o volume de negócios realizado por empresa diminuiu entre 2000 e 2005, o que é válido, não só para a globalidade do tecido empresarial de cada região, mas também especificamente para as PME nelas sedeadas.